

África: nova missão civilizadora?

Lino Sobrinho Buambua*

No século XV, quando o continente era repartido pelas potências europeias, era comum, depois de decidirem quais os países que ficariam sob o domínio da França, Inglaterra ou Portugal, cada país colonizador indigitar uma missão *civilizadora* para *assimilar* os africanos com a língua do colonizador, ensinar a consciência cristã, mudança de nomes pessoais, vestuário, hábitos alimentares, evitar toda forma de organização cultural, social, económica e política de origem africana. Passada essa fase, só então os africanos estavam aptos a se tornar *civilizados*, modernos e, entendamos, gente.

Hoje, porém, no limiar do terceiro milênio, é curioso decifrar uma implícita similaridade da situação anterior com das missões do FMI e do Banco Mundial, não tanto no que diz respeito ao comportamento destes, mas pelo conteúdo e resultados de seus planos e medidas aplicados na África: os famosos planos de ajuste estrutural.

Muitos países já aplicaram esses planos e, pelo que se pode depreender, em resumo, exigem uma forte redução de despesas públicas com enorme custo social; arrocho e diminuição gradativa dos salários para que os pobres que ganham um salário mínimo não possam mais consumir; abertura das economias internas às companhias internacionais; facilidade para entrada de capital estrangeiro es-

peculativo; desvalorização sucessiva da moeda local, geralmente associada à queda contínua dos preços dos principais produtos exportados pelos países africanos, como recursos minerais, produtos agrícolas etc.

Todos os países que aplicaram os planos de ajuste estrutural passam por dificuldades sociais dramáticas, com subseqüentes déficits nas suas balanças comerciais e enorme desemprego. Para a África, que já possui um espectro de profundos problemas, a avaliação do professor Rudiger Dornbush, do Massachusetts Institute of Technology, acerca dos efeitos desses planos sobre os países africanos parece traduzir muito bem o objetivo que se pretende. Diz o professor Dornbush que, "mesmo realizando um grande esforço de ajuste estrutural, os países não tombarão sobre os próprios pés juntos; eles tombarão num abismo".

Essa, sem dúvida, é a pura verdade. O desenvolvimento é um processo contínuo e gradual que envolve vários fatores, entre os quais a melhor utilização dos recursos humanos, naturais e do meio ambiente de uma nação para promover a efetiva melhoria da qualidade de vida da população. Dificilmente, ele pode provir de propostas equivocadas como a desses ajustes.

Por outro lado, o que parece mais fácil de deparar na semelhança entre a missão civilizadora colonial e a *neocivilização* (FMI, Banco

Mundial e os próprios governantes africanos) é justamente a falta de uma política consistente que vise atrair investimentos — inclusive do próprio Banco Mundial — para a área fundamental e mais importante para os países africanos: a educação.

Para que se tenha uma idéia concreta, em 1950, a imensa maioria da população de Angola, cerca de 95%, era considerada analfabeta. Em 1975, 25 anos mais tarde, quando o país ascende à independência, apenas 1% da população possuía educação formal. A *neocivilização* parece estar seguindo a mesma estratégia pois, ao persuadir as elites governamentais africanas a apenas se interessarem por investimentos em bens de consumo industrializados produzidos no Ocidente e em projetos de menor importância, acaba transformando os africanos em eternos dependentes e *assimilados* desses mesmo Ocidente.

O lamentável é que todos sabem que para se atingir um resultado a médio e longo prazos é necessário investir maciçamente na formação técnica e universitária dos cidadãos, em ciência e tecnologia e pesquisa e desenvolvimento.

(*) Geólogo angolano, pós-graduando na Unicamp.

Equipe cabo-verdiana é homenageada

Etelvino Melo*

Os estudantes cabo-verdianos e a comunidade cabo-verdiana radicada no Brasil se uniram num convívio realizado dia 20 de agosto, no Clube da Associação Cabo-Verdiana, em Mesquita. A festa, organizada pelo responsável socioesportivo-cultural dos estudantes cabo-verdianos, Nuno Melício, e pelo diretor social da Associação, João Vaz, tinha o objetivo de aproximar mais os dois grupos. Além disso, a equipe cabo-verdiana foi homenageada com a entrega dos troféus pelo terceiro lugar e melhor torcida e de medalhas, conquistados na Copa dos Imigrantes, ocorrida em outubro do ano passado.

A festa contou com cerca de 150 pessoas e começou com um jogo amistoso entre os estudantes e a co-

munidade cabo-verdiana. Depois da partida de futebol, com vitória dos estudantes pelo placar de 2 x 0, seguiu-se um churrasco no Clube, acompanhado de dança ao som da música cabo-verdiana e brasileira.

Os organizadores pretendem realizar outros eventos e já está previsto para o dia 10 de setembro um outro encontro, no mesmo clube. Antes disso será realizado um amistoso entre Cabo Verde e Itália ou Israel, adversário ainda a confirmar. Dessa vez, o acontecimento será para a angariação de fundos. O dinheiro arrecadado será destinado para o término de obras no clube e para a construção de um campo de futebol *society*.

(*) Estudante cabo-verdiano.

Torneio de futebol entre imigrantes

A Casa de Cultura Muzambinho está convocando estudantes e as comunidades moçambicana, cabo-verdiana e angolana a organizar e participar de um torneio de futebol que, se definido, será realizado entre os dias 15 e 19 de novembro, nas cidades de Caconde, Muzambinho e Cabo-Verde, em Minas Gerais. Os interessados devem contactar Fernando Magalhães, da Casa de Cultura Muzambinho, através do telefone (035)571-1188.

Aos colaboradores

Notícias Africanas aceita colaboração de estudantes africanos, mas não se responsabiliza pelas opiniões emitidas. As matérias devem conter no máximo três laudas ou 90 linhas com 70 caracteres em cada linha e eventualmente sofrerão adaptações aos padrões editoriais da publicação.

A nova literatura cabo-verdiana

O TEMPO DOS ICONOCLASTAS

PÚBLICO, 15.7.95

NÉLSON SAÛTE E TORCATO SEPÚLVEDA

Os ficcionistas cabo-verdianos recusam um discurso arrastado pelo tradicionalismo. Derrubam os fantasmas da fome e da seca. A literatura da saudade estava aborrecida de morte. A ironia galgou a praça. Zomba-se da sociedade mindelense, espicaça-se o PAICV, critica-se o personagem anedótico. Dois nomes destacam-se: Germano Almeida e Arménio Vieira. Ambos se reconhecem neste tempo. Com uma inquietante, mas saudável, iconoclastia. Os poetas seguem o mesmo caminho cosmopolita. Do surrealismo de Jorge Fonseca ao fascínio pessoano de Valentim Velinho, a poesia cabo-verdiana largou amarras. Lá longe, no mar alto de todas as contradições, os poetas cantam: "A minha porta está sempre aberta, / Para que um canto / — um que me compreenda — um dia por ela entre."

A leitura do testamento cerrado do sr. Napumoceno da Silva Araújo consumiu uma tarde inteira. Ao chegar à 150ª página, o notário confessava-se cansado e interrompeu mesmo para pedir que lhe levassem um copo de água. E enquanto bebia pequenos golinhos, desabafou que de facto o falecido, pensando que fazia um testamento, escrevera antes um livro de memórias.

Com este parágrafo a literatura cabo-verdiana inaugurava um novo capítulo. Meio século dobrado, a escrita agiu, divertida, na qual o narrador se ri de si e dos outros, surpreende os leitores e a critica existente.

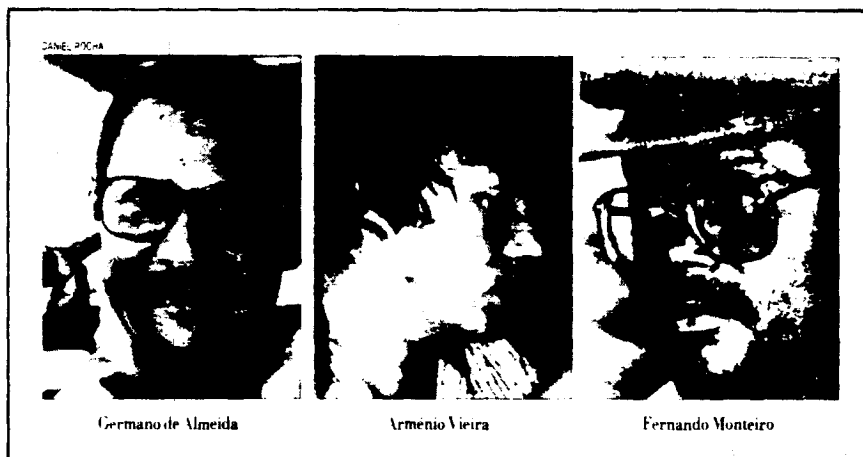
O autor chama-se Germano Almeida. Com estas palavras saía da modorra do escritório de advogado que montara no Mindelo, em S. Vicente. Derrubava o aborrecimento a que esta profissão o condenara. Realizava o sonho daquele ilhéu que, perdido nas matas de Angola, inventava histórias que ouvira contar na ilha natal da Boa Vista, escrevendo para que os fantasmas não o assombrassem.

Ao longo dos anos, o que caracterizou a literatura cabo-verdiana foram temas recorrentes como a fome, a seca ou a emigração. Baltasar Lopes, com "Chiquinho", fundou a moderna ficção do país. Mas também "Noite de Vento", que reúne uma série de noveletas de António Aurélio Gonçalves, está na origem desta fase. Temos ainda Manuel Lopes que escreveu "Chuva Brava" ou "Os Flagelados do Vento Leste", ambos títulos emblemáticos de uma literatura que se deixou castigar pelos vulcões que inquietam as escarpas do arquipélago.

"O Testamento do Senhor Napumoceno da Silva Araújo" distancia-se desta literatura. O romance, critica picara à pequena burguesia mindelense, deixa-se contagiar por uma capacidade humorística até então sonhada à literatura de Cabo Verde. Mas não só. O romance confunde as fronteiras da ficção e da realidade.

Não obstante o peso do tradicionalismo, este novo capítulo da literatura foi acolhido com entusiasmo. Razões não faltam a este narrador arguto, que transporta um portentoso discurso, sempre e sempre, uma crítica mordaz, que colhe nas circunstâncias em que vive.

"O Meu Poeta", editado pouco tempo depois, confirmam-lhe as virtualidades. De uma narrativa incoformada. Do universalismo que recusa o tradicionalismo. Da iconoclastia. Dominam-na a política. Em "O Meu Poeta" o PAICV é carinhosamente maltratado. Espicaçado. O oportunismo após a independência é criticado de forma virulenta. Zomba-se do



Germano Almeida

Arménio Vieira

Fernando Monteiro

personagem anedótico do intelectual que se revela nos anos da afirmação nacionalista.

Curiosamente, o próprio escritor, que não enjeita os reparos que lança em praça pública, dedicou-se à política, como deputado do MpD e, mais tarde, afastado do partido que venceu as primeiras eleições democráticas, tornar-se-a independente.

O último livro deste advogado-escritor é um aceso à Boa Vista, "A Ilha Fantástica". Neste romance, a cáustica ironia amplia-se. O tema da morte regressa. Escusado será dizer que esta dominará "O Testamento do Senhor Napumoceno da Silva Araújo".

A morte está também na base de um livro de Fernando Monteiro, "Desassossego". Não encontramos aqui a mesma desenvoltura narrativa de Almeida. Porque o discurso de Monteiro é canhestro: "Noite do dia 24 de Setembro de 1927. Noite medonha, terrivelmente medonha. Negras nuvens apagaram todas as estrelas do firmamento. O vento parecia ganhar voz, tal a força com que soprava. Ou gritava. Um grito lúgubre como que de almas saídas do Inferno".

De outros temas e de outras escritas vive a ficção em Cabo Verde. O poder, por exemplo. Mas não a revolução que dominará muitas das páginas mediocres das literaturas angolana ou moçambicana. Os escritores reflectem a sua experiência vivencial. A questão da identidade — que não está definitivamente resolvida — não os preocupa. Assumem o cosmopolitismo como bandeira. Exercem grande vigilância crítica sobre os seus escritores que se distinguem pelo afoito. Não recusam as heranças, mas intentam a inovação.

A opressão ideológica do regime monolítico está na origem de uma forte alegoria, baseada no Antigo Egipto. "O Eleito do Sol", de Arménio Vieira, é um romance extraordinário. Oruando do jornalismo e da poesia — publicara, em 1981, "Poemas", há muito esgotado —, o autor ofereceu à ficção ca-

bo-verdiana uma das suas obras mais importantes.

Um escriba egípcio, exímio contador de histórias, após várias peripecias torna-se faraó, sob a protecção de Aton, o Sol, e de Thot, a força. Peregrinação onírica que se projectará em todos os tempos, o poder e o saber dominam-na.

A alegoria é uma das características da actual ficção que se produz nos países africanos de língua portuguesa. Nomes como os de Pepetela, Manuel dos Santos Lima e agora Sousa Jamba, em Angola, e Ungulani Ba Ka Khosa, em Moçambique, escreveram obras que recorrem a fortes simbólicas para que a sua condição de cidadãos não se visse ameaçada pelos atavismos ideológicos que presidiram — e, de certo modo, presidem — à experiência quotidiana nos seus países.

No entanto, "O Eleito do Sol" não consegue iniciar uma leitura capaz de se radicar no presente. Tal como acontecera com "O Meu Poeta", de Germano Almeida, o romance de Vieira revela um profundo incoformismo em relação ao processo histórico e político actual.

A ascensão de Akenaton, o escriba, a faraó no Egipto é contada numa prosa descomplexada dos constrangimentos que atavam os autores que, nos anos 30, fundaram a revista e o movimento "Claridade". Mais: aqui está uma escrita enxuta. Contida. Vocábulo acertado. Divertida. Nela se esconde o poeta. Exímio encantador de palavras. Este livro é também inaugurador. Novas posturas temáticas e estilísticas com "O Eleito do Sol" se experimentam.

O incoformismo, a rebeldia, a irreverência, a loucura. A estranheza do discurso. A beleza despojada nas páginas. Cruel, muitas vezes. O saber. O poder. A alegria. A alegoria. Páginas de uma literatura crioula que se ultrapassa. Dois expoentes, entretanto: Arménio Vieira e Germano Almeida. Ambos insturtem o tempo dos iconoclastas. ■

Poesia

A MORTE E A DIGNIDADE DO AMOR

PÚBLICO, 15.7.95

Hoje, a jovem poesia cabo-verdiana é mais devedora de André Breton e Alberto Caeiro do que dos antigos do movimento "Claridoso". Conosco fica a solidão de Valentinus Velinho: "A morte lembra-me exactamente isto: / Isto que me lembra de todas as coisas: — menos da morte!" Ou a dignidade do amor em Jorge Fonseca: "O cheiro ao próprio esperma / e à vagina decadente / ainda que séria e imperturbável (...)" Fica-nos um Cabo Verde terrível.

Durou meia hora a vaporosa viagem ao fundo do vale amarelo. Era um gigantesco e esverdeado sapo que ia engolindo, com indistincta tristeza, pequenos cadáveres de estrelas." De quem é este texto? De Lautréamont, dos "Cantos de Maldoror"? De Breton e Eluard, da "Imaculada Conceição"? Não, de um poeta cabo-verdiano: Jorge Carlos Fonseca. O livro tem um título que é desde logo todo um programa: "O Silêncio Acusado de Alta Traição e de Incitamento ao Mau Hábito Geral".

Pode dizer-se, sem grande margem de erro, que a poesia de Jorge Fonseca é altamente devedora da experiência surrealista, da paranoia crítica, do cadáver esquisito: "Consta por aí que o mar requereu uma almofada madrastra recheada de pequenos e temíveis misseis alérgicos às ondas e às balas deselegantes." Em Portugal, só escrevem assim o poeta Mário Cesariny ou o ensaísta Ernesto Sampaio. As ilhas são o que são. Lá aportam os mais estranhos salvados. Em Cabo Verde, deram à costa cascos luminosos de antiquíssimas naves.

Jorge Fonseca — antigo trotskista, ex-membro do PAIGC, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo do MpD, saído das primeiras eleições livres: fundador e vice-presidente do PCD, cisão à esquerda do MpD — mistura na sua poesia o canto surrealista da morte com

a revolta proletária. Mas revolta, revolta, de um anti-estalinismo feroz: "(...) confundi teu sorriso roubado e ausente / com teus gestos fiéis e perfurantes / num anfiteatro esquadriado onde virulento discursava Lev / em América vistosa e vermelha / estátua da liberdade solta e de cabelos ao vento." Lev, anuncie-se ao leitor mais distraído, é Trotsky.

O fascínio de Jorge Fonseca pela América é diferente daquele que os cabo-verdianos antigos sentiam por esse continente mítico. A América de Fonseca não é a mesma de Baltasar Lopes, no romance "Chiquinho": uma América de emigrantes. A América de Fonseca é a da liberdade, dos grandes espaços, do jazz. Um misto de Walt Whitman e de desconcerto rimbaldiano: "a América parece não querer deixar de se ligar à nossa sorte. / vejo-a ora triste ora histérica. / pisco o olho aos vizinhos e descubro-a / na maravilha quente de sonhos pedalados / nas coxas pedintes / que cegam os nossos intestinos (...)" A América de Jorge Fonseca não é a mesma de Baltasar Lopes porque o Cabo Verde de um e de outro não são iguais. O quão diferentes!

Aliás, Cabo Verde já não é o Cabo Verde folclórico das mornas, coladeras e funâns. Cabo Verde é, na poesia contemporânea, o centro do mundo: todo o mundo é como este lugar chamado Cabo Verde. Por isso, o poeta Valentinus Velinho, em "Relâmpagos em Terra", se coloca sob a tutela de Alberto Caeiro: "Imagino o grande Caeiro, com a

sua cadeira cá fora à porta. / à sua porta não era esta a Natureza, era outra demasiadamente outra." Outra é a natureza cabo-verdiana, tão diferente da portuguesa. Mas o pasmo zen que Caeiro experimentava está agora desdobrado na poesia de Valentinus Velinho: "Todos os meus dias gostava eu / De os ter vivido à minha porta, / Na minha aldeia, / Olhando mudamente para o mar (...)"

Velinho é provavelmente o nome mais importante da jovem poesia cabo-verdiana. Poesia nocturna, onde a solidão, a morte, o olvido, a loucura, Deus e a consequente expulsão do paraíso são temas recorrentes. Há nesta obra uma ausência: o amor. E uma inexistência: o erotismo. Ao contrário do que acontece no livro de Jorge Fonseca. Mas Fonseca é mais velho, faz a ponte entre o que sobrava dos restos "Claridosos" e os miúdos como Velinho. Para Fonseca o erotismo é inimigo da morte: "na noite de núpcias / engoli a ingratidão da morte (...)" Ou: "ao acariciar / o silêncio / detestei / a morte. // escrevi / então / o poema // sabiamente inimigo da loucura." Em contrapartida, Valentinus Velinho escrupuliza no doentio: "A morte é um menino. Um menino que nos ama. / Desde menino dei por isso, / desde menino que a encanto (...)"

Entre a inquietação de Fonseca e a procura de paz de Velinho — embora nele a paz seja o eterno esquecimento — balança a actual poesia cabo-verdiana. Ignorando exotismos e regionalismos. Pouco preocupada com a história recente, o que parece cruel para os guerrilheiros que ajudaram a libertar o país: "A Liberdade / Se está para entrar em nossa casa / Entra ainda que encontre fechada a porta. / Entra ainda que nem encontre casa pelo caminho." ("Relâmpagos em Terra"). Fonseca procura no passado e no futuro o que não encontra no presente: "Quando / soar o veredicto operário, e o cálcio e a abóbora / se alastrarem pelas rochas vigilantes e acolhedoras / fustigadas pelo bolor / de sentinelas / de aço e de asco / será / o tempo certo e boquiaberto / da lua por todos reparada (...)" ("O Silêncio Acusado...").

A revolta nocturna de Fonseca e ao elogio da morte de Velinho responde Mário Lúcio de Sousa — poeta, pintor, músico — com a cabala poética, em "Sob os Signos da Luz": "No mesmo sítio / está algo onde não está nada. Mas, / basta o ter estado. / — O invisível não é o inexistente — / A luz sabe o que digo / e os mortos também." Para Mário Lúcio de Sousa, a luz e os mortos sabem. Este poeta é solar, pois. A sua poesia canta os vencedores, antigos senhores de África, que ele procura nos faraós egípcios. "Devolvi ao sol o que é do sol: / umas brancas peças de algodão / que as minhas mãos vieram esta manhã, / como as lavadeiras do Egipto vão ao Nilo." Um império africano antigo e mítico, no qual teriam sido resolvidas as contradições: "A gênese da forma, / as curvas celestiais e as pequenas elevações cónicas / os ângulos, derivações astrolábicas, sextantes depois, / o género do contrário / foram moldando-se à medida da minha mão (...)"

Na jovem poesia deste jovem país crioulo encontramos os sinais, todos os sinais, do mais antigo saber. Não nos espantemos se tropeçarmos em marcos que nos devolvem ao Egipto

Continua na pág. 4

O ECLECTISMO DAS REVISTAS

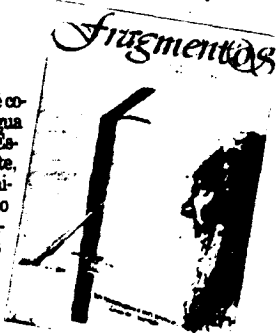
PÚBLICO, 15.7.95

Quando, em 1986, se comemoravam os 50 anos da revista e do movimento "Claridade", surgiu o Movimento Pró-Cultura. Situava-se entre a herança da geração de Baltasar Lopes e a pretensão da inovação. No jornal "Voz do Povo" dinamizou o suplemento "Voz de Letra". Mais tarde fundaria a revista "Fragmentos", que permanece em edição, a despeito da sua irregularidade. Tal como todas as publicações do género em Cabo Verde, a "Fragmentos" destaca-se pelo seu eclectismo. O ensaio, a ficção, a poesia e o teatro entrecruzam-se com as artes plásticas e outros domínios da cultura.

De primeiro surgiram iniciativas como "Seiva", "Sopinha de Alfabeto", na Cidade da Praia; "Djã D' Sal", na Ilha do Sal; "Magma", no Mindelo; "Pré-Textos", da Associação dos Escritores Cabo-Verdianos; "Elkhos de Paul". Muitas destas não atingiram grande expressão. Mas todas demonstram, cabalmente, que no arquipélago há uma febril, e saudável, criatividade.

A "Artilheira" — existe uma editora com mesmo nome — situa-se neste espaço. Contudo, a mais importante iniciativa cultural no período subsequente à independência nacional foi a revista "Ponto & Virgula", fundada na cidade do Mindelo por Germano Almeida, Leão Lopes e Rui Figueiredo. Um momento de rara expressão da poesia, ficção e ensaio cabo-verdianos. Muitos jovens nela se iniciaram. Germano Almeida talvez tenha sido a sua principal revelação. Partes significativas do romance "A Ilha Fantástica" (edição portuguesa na Caminho) foram lá publicados.

O fenómeno das revistas literárias é comum a outros países africanos de língua portuguesa. Em Angola, a União dos Escritores publica, de forma intermitente, "Lavra & Oficina". Mas a "Archote", iniciativa de escritores que surgiram no pós-independência, que teve apenas cinco números, talvez tenha sido a mais significativa publicação do género. Aliás, o poeta António Jacinto, numa das suas últimas entrevistas, considerava-a a mais importante depois da "Mensagem". Em Moçambique, a "Charrua" abarcou uma nova — e inquieta — vaga de escritores. Mas houve outras publicações, como "Forja" ou "Eco". As tremendas dificuldades em publicar livros, entre outras contingências, explicam a profusão do fenómeno nestes países. Outras vezes são fruto de movimentos que visam a renovação dos postulados temáticos e estilísticos lançados por gerações predecessoras. Cabo Verde, apesar da sua singularidade, não podia ser excepção. Tanto mais que há no país uma extraordinária antepassada: a revista "Claridade". ■ s.s.



Cólera em Cabo Verde não ameaça Portugal

PÚBLICO, 11.8.95

APESAR do número de casos de cólera estarem a aumentar em Cabo Verde, não se justifica a realização de qualquer rastreio aos passageiros que chegam a Portugal nos seis voos semanais provenientes do arquipélago, considera o professor Jorge Torgal, da Direcção-Geral de Saúde.

Segundo o Regulamento Sanitário Internacional, estes rastreios realizam-se em casos muito raros e, mesmo nessas situações devem ser tomadas em conta as questões éticas que levantam, nomeadamente a da liberdade individual das pessoas, disse ao PÚBLICO Jorge Torgal. A cólera não representa aliás, um perigo forte para a saúde pública na Europa já que é facilmente

diagnosticável e tratada, afirma.

No ano passado, foram registados casos de cólera importados, em quase todos os países comunitários, existindo notícia de apenas um em Portugal, afirmou aquele responsável. Por outro lado, esta doença tem existido ininterruptamente em vários países com quem Portugal mantém relações.

A cólera propaga-se através da água inquinada e da transmissão oral-fecal, através, por exemplo, da preparação de alimentos com as mãos sujas.

As últimas informações revelam que a situação se agrava em Cabo Verde onde dois médicos deputados à Assembleia Nacional pediram que fosse decre-

tada na capital do país, cidade da Praia, "situação de emergência sanitária" (ver PÚBLICO de 9-8-95). Na sua opinião, o combate à cólera não está a ser conduzido com "a necessária eficácia", existindo mesmo o risco de perder o controlo da situação.

Reagindo a notícias publicadas em outros países sobre os números da cólera, o primeiro-ministro Carlos Veiga responsabilizou, por seu turno, a oposição por ter enviado dados falsos para o estrangeiro com o objectivo de afastar os turistas de Cabo Verde.

As informações mais recentes dizem, contudo, que no Centro de Saúde de Santa Cruz, em Santiago, onde a epidemia já

provocou oficialmente sete mortos as camas não chegam para acolher os doentes. Homens e mulheres infectados são obrigados a partilhar camas, denunciou a estrutura local do PAICV (actualmente na oposição) em comunicado divulgado na terça-feira à imprensa. Apresentando números diferentes dos que têm sido divulgados pelo Ministério da Saúde, aquele partido afirma que o número de mortos no concelho é presentemente de 30 e que só no passado dia 7 morreram quatro doentes com cólera.

Segundo a agência Lusa, a epidemia provocou até ao dia 6 deste mês 5857 casos, de que resultaram 142 mortes. ■ P.T.C.

Continuação da pág. anterior

A MORTE E A DIGNIDADE DO AMOR

ou à Grécia, a Fernando Pessoa ou a Breton. A inquietação é muita e a vida é curta: "Tudo o que do escuro se sabe é até onde chega a luz." ("Sob os Signos da Luz"). E Mário Lúcio de Sousa insiste na revolta, revolta que — como nos poetas atrás citados — é já secundária, muito longe dos gemidos marxistas-leninistas de uns versinhos realistas que das ex-colónias nos vinham: "O pão de cada dia não pode ser um pão por dia: o trigo perde a figura de trigo na figura."

"As vogais da minha infância. Eram indiscutivelmente mais belas. Súbito — no pólen da neve — O rumor de uma espuma a levidade roçaga." ("Relâmpagos em Terra"). Os poetas de Cabo Verde amam as vogais. Rimbaud dizia que elas tinham cor. Eles dizem, por vezes, que elas têm cheiro. E cheiram as vogais em Cabo Verde, como cheiram as "pernas" de Vera Duarte, poetisa e magistrada. "Como sou louca em declarar o meu amor suicidário. Esse amor que longamente viveu en-

trinchado atrás de todas as barreiras que criou todos os obstáculos e não desprezou qualquer forma de recusa. Não lhe bastou a moral cristã que me foi inculcada nem a moral revolucionária que livremente aceitei." Cheiram, húmidas, as pernas de Vera Duarte em "Amanhã Amadrigada". Cheiram quando ela canta o seu desejo: "Mas vem-me. Oh! vem-me. Visão multicolor. Irreal ausência / dor total / suprema loucura..." Secam quando fala da revolução, dos guerrilheiros que vieram da Guiné. Resta então uma poesia medíocre e banal. A revolução é aventura e a aventura — que é vida — pressupõe a morte. Só pode cantar-se a revolução como se canta a vida e a morte. Pedagogismo, não!

Nem toda a poesia que se escreve em Cabo Verde é boa. Às vezes cansa, como a de José Luis Hopffer C. Almada. Uma coisa cheia de heterónimos sem sentido, acompanhada de explicações cansativas. Hopffer C. Almada deve convencer-se de que já ninguém suporta poe-

mas destes: "Longos meses / ininterrupto ciclo da viva estiagem / namoriscando as montanhas / aridamente em cio... / É o poeta que morreu / sonhando alucinado com / o silvo da humidade / apenas pressentido." ("A Sombra do Sol"). Hopffer C. Almada é um dos poetas mais prolíficos de Cabo Verde. E, porém, um dos piores. Megalómano, nunca deve ter atirado um verso fora...

Connosco fica a solidão de Valentinus Velinho: "A morte lembra-me exactamente isto: Isto que me lembra de todas as coisas / — menos da morte!" Ou a dignidade do amor em Jorge Fonseca: "O cheiro ao próprio esperma / e à vagina decadente / ainda que séria e imperturbável (...)" Connosco fica-nos um Cabo Verde terrível, longe das coladeras, das mornas e dos funáns.

"A minha porta está sempre aberta. Para que um canto — um que me compreenda — um dia por ela entre." Entre o leitor pela porta que Valentinus Velinho lhe abre. ■

A SURPRESA DAS EDITORAS

PÚBLICO, 15.7.95

Entre as várias surpresas que Cabo Verde reserva, o fenómeno editorial, que se distingue pela profusão de iniciativas e qualidade dos livros, tem uma vitalidade inusitada no espaço africano de língua portuguesa. A iniciativa pertence aos privados. Convém referir a qualidade da Gráfica do Mindelo, onde se produzem muitas destas edições.

Longe vão os tempos em que a figura tutelar do Estado inibia iniciativas que não estivessem sob sua alçada. A experiência editorial, nos primeiros anos da independência identificou-se com as de Angola ou Moçambique. O Estado responsabilizava-se. Os escritores tinham que passar pelos crivos da visão unitária do processo. O Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco continua a chancelar diversas iniciativas. Da literatura à História, atravessando outros domínios. Mas agora partilha espaço.

O actual chefe do executivo, Carlos Veiga, foi um dos fundadores da Ilhéu Editora, uma das primeiras editoras privadas no país, em 1989, dois anos antes de o seu partido, o MpD, ganhar as primeiras eleições legislativas em democracia. Tinha como companheiros o escritor Germano Almeida, que chegou a ser deputado do MpD, o artista plástico Leão Lopes, que foi ministro da Cultura no gabinete de Veiga, Ana Cordeiro, directora do Centro Cultural Português, a pintora portuguesa Graça Moraes, apaixonada pelas ilhas, entre outros.

Um dos volumes de maior sucesso, foi "Testemunho", de Pedro Martins, há muito esgotado, primeiro livro sobre a história da luta em Cabo Verde. "O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo" e "O Meu Poeta", de Germano Almeida, foram outros sucessos editoriais da Ilhéu.

A Spleen, que este ano beneficiou do apoio da Feira do Livro Português

— recebeu 600 contos quando da inauguração da XI Feira do Livro na Cidade da Praia —, tendo surgido no ano passado já deu à estampa três volumes. "Desassossego", contos de Fernando Monteiro, "Os Signos da Luz", de Mário Lúcio Sousa, "O Silêncio Acusado de Alta Traição e de Incitamento ao Mau Hábito Geral", de Jorge Carlos Fonseca. Outros fundadores para além de Fernando Monteiro: José Luís H. Almada, José Vicente Lopes, Jorge Telentino.

Larissa Rodrigues, russa casada com um cidadão cabo-verdiano, fundou recentemente a editora Artilheira. O único livro que chancelou intitula-se "Relâmpagos em Terra", de Valentinus Velinho. É um marco na poesia cabo-verdiana. Capaz de inovar, pela extraordinária inventiva, a lírica crioula.

Entretanto, o Centro Cultural Português — dirigido pelo conselheiro cultural João Nuno Alçada e por Ana Cordeiro —, entre as várias acções que desenvolve, principalmente na Cidade da Praia e no Mindelo, acaba de anunciar um interessante programa editorial. Espera lançar obras de escritores cabo-verdianos, mas não só. A proposta não tem propósitos comerciais. A reedição de "Testemunho", de Pedro Martins, inaugurará uma colecção que privilegiará a área documental. O jornalista José Vicente Lopes está a terminar o volume "Cabo Verde: Os Bastidores da Independência" (acaba de sair em pré-publicação um extracto no jornal "A Semana", da Praia, que assinalou a passagem do 5 de Julho), que se seguirá nesta secção. Outras colecções, entre as quais se destacam a infantil-juvenil e ficção, estão na forja. Mía Couto, com um volume inédito, será um dos escritores a chancelar pelo Centro Cultural Português em Cabo Verde. ■ N.S.

José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi estiveram ontem reunidos no Gabão

Em defesa da paz

PÚBLICO, 11.8.95

Jorge Heitor*

O Presidente de Angola e o líder da oposição estiveram ontem reunidos na cidade gabonesa de Franceville, a fim de prosseguirem a tarefa a que haviam metido ombros no dia 6 de Maio, na Zâmbia: levar por diante, com mais rapidez, se possível, o cumprimento do Protocolo de Lusaca, assinado em Novembro do ano passado, então sem a presença de Savimbi.

Em Franceville, terra natal do Presidente do Gabão, Omar Bongo, junto à fronteira com o Congo, José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi deram ontem mais um dos tantos passos que se mostram necessários para que a paz em Angola venha a ser uma realidade, quase 20 anos decorridos sobre a proclamação da independência do país.

Começaram a conversar pouco antes das 11 horas locais (meio-dia em Lisboa) e depois, com as suas delegações, de numerosos elementos, ainda estavam a trabalhar ao fim da tarde, até porque deparavam pelo menos — segundo a agência France Presse noticiou, de fonte gabonesa — com dificuldades na redacção e tradução de um comunicado final. Por isso, conforme as explicações oficiais, é que a cimeira ameaçava prolongar-se pela noite dentro [em grande parte da África escurece bastante mais cedo do que em Portugal]. Mas, entretanto, lá fizeram uma pausa, para um aperto de mão perante a imprensa, como é da praxe.

Afinal de contas, a tarefa não era mesmo nada fácil: havia que procurar colmatar o que foi deixado sucessivamente em aberto pelos acordos que em 1991 se negociaram em Bicesse, pelo Protocolo de Lusaca, que em 1994 tentou actualizá-los, e pela cimeira de há três meses e cinco dias, que se revelou até à data muito mais fogo de vista do que outra coisa.

Por mais que se faça, a verdade é que as duas partes necessitam mesmo de conseguir acabar com todas as hostilidades militares e com os desmandos incontrolados que têm vindo a ser cometidos até agora por serem que a vice-presidência que lhe cabe seja mesmo para ela, como partido, e não especificamente para a pessoa de Jonas Savimbi, conforme dizia o texto aprovado pela bancada governamental e que muito irritou o secretariado do Galo Negro, fazendo uma vez mais perigar um processo que constantemente ameaça sair dos carris. E à hora do fecho desta página ainda era muito cedo para se avaliar se os bons ofícios do Presidente Omar Bongo teriam ou não contribuído de modo decisivo para desbloquear a situação. Até porque o Galo Negro rejeita um cargo que seja meramente protocolar, sem qualquer poder efectivo...

Terceiro ponto que esteve na agenda de Franceville foi o do aquartelamento paralelo, até ao fim deste mês, se possíveis de um e outro lado, enquanto a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem III) não dispõe no terreno da totalidade dos efectivos aprovados pelo Conselho de Segurança.

Só com o fim dos incidentes nas Lundas e nas demais províncias, com a chegada integral dos capacetes azuis, com o aquartelamento efectivo dos dois exércitos e com a sua junção num só, em base igualitária, é que se poderá finalmente dizer que o Protocolo de Lusaca está mesmo a ser cumprido e que dentro de dois a três anos a vida dos angolanos irá regressar à normalidade. Caso contrário, ficam as eternas boas vontades manifestadas em público e a ausência real — de parte a parte — de um verdadeiro empenho na paz e no desenvolvimento do país, para já não falar

no caso muito específico de Cabinda.

Duas vice-presidências

De acordo com fonte política de Luanda, José Eduardo dos Santos ia procurar na reunião de ontem convencer o seu interlocutor da validade da proposta de revisão constitucional aprovada o mês passado pelos deputados do MPLA: uma vice-presidência da República para cada um dos partidos que nas eleições legislativas de 1992 conseguiram mais de 30 por cento dos votos. Ou seja, uma para aqueles que até agora sempre têm estado no poder e outra para os seus principais adversários.

Só que a UNITA insistiu vel, de todas as forças de um e outro lado, que no seu conjunto totalizam aparentemente perto de 200 000 homens; só que cada um dos parceiros parece querer deixar uns quantos elementos de lado, de reserva, para o que der e vier.

O representante das Nações Unidas em Angola, Alioune Blondin Beye, prometera em Luanda a chegada, dentro dos próximos 15 dias, dos batalhões que ainda faltam para perfazer o total de capacetes azuis aprovado pelo Conselho de Segu-

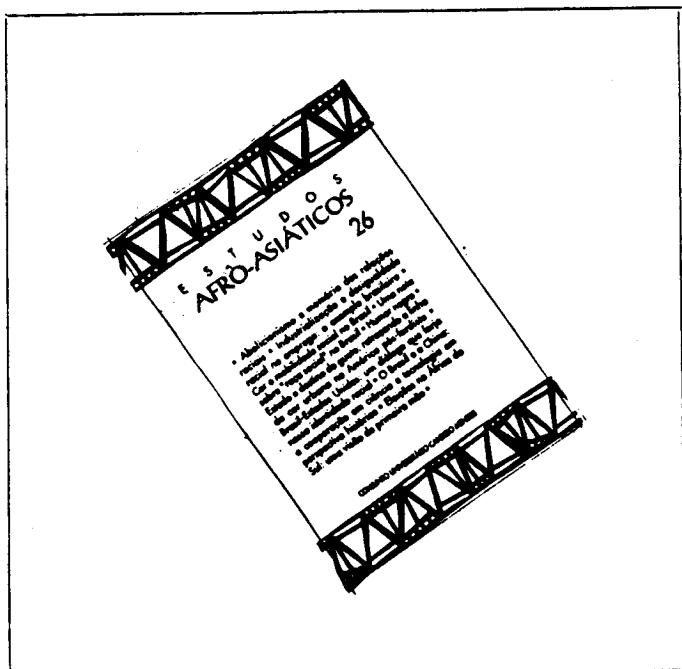
rança, mas receia-se que nem todos apareçam a tempo e horas, designadamente os brasileiros.

Beye, aliás, parece ter sido completamente marginalizado da organização desta cimeira em terra gabonesa, o que fez reavivar em Luanda os rumores de que não permanecerá por muito mais tempo no cargo, apesar do desmentido que ele próprio fez a semana passada, em conversa informal com alguns jornalistas.

Quem entretanto parte mesmo, no fim de Setembro, é o general nigeriano Chris Garuba, que no comando das forças da Unavem III será substituído pelo zimbabueano Philip Valerio Sibanda. Desta mesma nacionalidade é um dos batalhões de infantaria já presentes em Angola, sendo outro o uruguaio, que foi o primeiro a chegar. Faltam agora, além dos brasileiros, zambianos e romenos.

Ainda ontem, em entrevista à TSF, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, manifestava a sua preocupação pelos atrasos, muitas vezes de natureza burocrática e administrativa, que tem havido no encaminhamento para Angola de todas as tropas aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU. ■

* com Aguiar dos Santos, em Luanda, e AFP



Lukamba Paulo Gato em declarações ao PÚBLICO

UNITA vai decidir quem será vice-presidente

PÚBLICO, 12.8.95

O SECRETÁRIO-geral da UNITA, Lukamba Paulo Gato, afirmou ontem ao PÚBLICO, a partir do Bailundo, na província do Huambo, que a Comissão Política do seu partido deverá determinar durante a próxima semana quem é que será o vice-presidente de Angola a indigitar por aquela formação oposicionista, desde que entretanto chegue a carta do chefe de Estado

a oficializar o convite.

Gato considerou ter havido um "avanço substancial" durante a cimeira de quinta-feira em Franceville, no Gabão, pois que teria sido possível esclarecer alguns pontos em dúvida, como o da revisão constitucional aprovada pela banca da governamental e de que a UNITA discordou grandemente, em diversos pontos.

Assim, segundo ele, nem se dispensa a segunda volta das presidenciais encetadas em 1992, nem a Assembleia prorrogar automaticamente o seu mandato por mais quatro anos, até ao fim do século. Só que tanto a segunda volta das presidenciais como as novas legislativas apenas se poderão efectuar quando houver as condições práticas para o povo ir de novo às urnas, seja daqui a um ano, a um ano e meio ou quando for. Entretanto, José Eduardo dos

Santos mantém-se na chefia do Estado e os deputados eleitos há perto de três anos continuam em funções.

A UNITA aceitou de vez a existência de dois vice-presidentes, um para cada um dos partidos que conseguiram mais de 30 por cento dos votos, mas insistiu em que seja ela própria a indigitar o que lhe cabe, não podendo ser José Eduardo nem o MPLA a escolherem especificamente o nome de Jonas Savimbi.

A Comissão Política do Galo Negro reuniu-se no dia 8, suspendeu os trabalhos a 9, para que Savimbi se deslocasse ao Gabão, e deverá reatá-los durante a próxima semana, após o regresso do líder, que entretanto se encontra "algures no continente africano", e uma vez recebido o convite para indigitar um vice-presidente, com clarificação das competências do mesmo.

Quinta-feira à noite, ao regressar a Luanda, já perto das 23h, José Eduardo dos Santos anunciara que Savimbi aceitara não só a existência de duas vice-presidências como a incorporação global de todas as forças dos dois exércitos [de que posteriormente os excedentes virão a ser desmobilizados].

"Preocupações"

Antes de deixar Franceville, o Presidente já dissera, de acordo com a agência Lusa, que Angola caminha de facto para a paz, mas que "ainda não se está lá"; e que a cimeira correria muito bem, mas que ainda persistiam as "preocupações".

De acordo com o chefe do Estado, só quando se circular livremente em todo o território de Angola e "quando não houver mais tiros nem divergências políticas" se poderá verdadeiramente dizer que se está numa fase irreversível do processo de paz.

Tais afirmações coadunam-se com o tom algo vago do comunicado que foi distribuído à imprensa no fim da reunião e que apenas indica terem as duas partes "decidido adoptar um conjunto de medidas especiais que constam de uma acta

Dança de cadeiras na televisão moçambicana

O GOLPE DE BOTELHO MONIZ

PÚBLICO, 11.8.95

Nelson Saúte, em Maputo

Um golpe palaciano desestruturou a televisão moçambicana. Botelho Moniz, o seu presidente, assumiu pessoalmente a iniciativa, sanando desinteligências que cultivava com o anterior director de Informação. Faltou aniquilar os murmúrios dos trabalhadores, que não foram ouvidos.

O PRESIDENTE do Conselho de Administração da Televisão de Moçambique, Botelho Moniz, impôs uma reestruturação que, na prática, escangalhou o mais importante órgão de comunicação do país. Os argumentos articulam-se: perante os números dirimidos — o Estado concede dois milhões de contos de subsídios, as receitas publicitárias estão na ordem dos cinco a seis milhões de contos, a TVM gasta 15 milhões, sendo que o défice se coloca na ordem dos sete milhões de contos —, são quase irrefutáveis. Mas a contestação é enorme. Pela forma nada democrática como o processo foi conduzido.

A TVM é um elefante branco. Quando começou a emitir, em 1979, pretendia ser uma escola, mas a exigência dos telespectadores engoliu as etapas que a levariam, paulatinamente, a construir-se como televisão. De novela a novela, com alguns programas — aliás interessantes, no princípio, porque empregavam inventiva local e não estavam dependentes dos vícios que actualmente as conveniências instituem —, cresceu em dimensão, alimentando desmedidamente as expectativas.

O regime, antes unitário, favorecia-as. Mas a democracia soprou os seus augúrios. A porta das eleições, em Outubro, foi rapidamente transformada em empresa de serviço público. Os subsídios que tem recebido, contudo, não permitem derrubar o défice. A máquina bufa de tanto pesar.

"É preciso dotar a empresa de uma forte agressividade económica", proferiu-se, há dias, no seminário que tentou diagnosticar o seu es-

tado. Na ocasião, Moniz pediu voto de confiança. Sem consultar os trabalhadores, fez passar as medidas que tinha negociado secreta e particularmente. Assim acabou com a profusão de direcções: de canal e outra comercial sobram como troncos da nova estrutura.

Júlio Bica, delfim de Moniz, assume a direcção do canal. Daniel David, parda figura do aparelho televisivo, responde pela área comercial. Bica trabalhou no jornal "Diário de Moçambique", editado na Beira, o qual era dirigido pelo actual presidente do Conselho de Administração da TVM. David sempre foi um servidor irrepreensível de Moniz.

Estas mudanças deixam cadáveres pela estrada. O mais ululante é o de Tomás Vieira Mário, que foi delegado da Agência de Informação de Moçambique em Lisboa, largos anos. Pode-se dizer que Anabela Adrianopulos, anterior directora de Programas, sobreviveu, já que lhe foi atribuída a missão de coadjuvar o director de canal.

Mário foi completamente rasurado. Facto que não é estranho, aliás. São conhecidas as suas desinteligências com Moniz. Circula, em Maputo, que esta operação visou liquidar o jornalista Tomás Vieira Mário, incómodo para Botelho Moniz. Nada serviu para apaziguar os ânimos. Nem o facto de tanto um como outro serem homens de confiança da Frelimo. Botelho Moniz, eleito deputado pelo círculo da Zambézia, abandonou a pretensão de o ser perante a inequívoca incompatibilidade que esta representava tendo em conta as funções que assumia. Tomás Mário foi colocado no lugar pelo então ministro da Informação, Rafael Maguni, e diz-se, em certos círculos, que é "protegido" de Armando Guebuza e Teodato Hunguana, homens fortes do partido no poder. Mas há uns que são mais que outros, é sabido.

A polémica corre nos "media" locais. Enquanto isso, a televisão vai sendo cada vez mais a sombra de si própria. Nem o aparecimento da RTK, a privada, desarrumou a TVM do seu cinzentismo acomodado. Na ausência de verbas, na falta de invenção. O pluralismo também não lhe trouxe qualidade. Aliás, a TVM, a Rádio Moçambique e o jornal "Notícias", controlados pela ideologia do regime, não disfarçam o mimetismo em relação ao discurso do poder. ■

Continua na pág. 7

Odebrecht provoca polémica em Angola

EXPRESSO, 12.8.95

GUSTAVO COSTA
correspondente
em Luanda

A POLÉMICA que rodeia o processo de concessão de prospecção e exploração de jazigos de diamantes a uma empresa brasileira levou o Governo de Luanda a determinar um compasso de espera. Em causa está a área de intervenção prevista no projecto e a percentagem de participação angolana, que, de acordo com os novos termos, não poderá ser inferior a 51%.

A empresa brasileira, a Odebrecht, queria a concessão de uma área de 121.700 km² da bacia hidrográfica do Cuango, no Leste de Angola. No âmbito do processo seria constituída uma empresa mista com a Endiama (a SDM - Sociedade de Desenvolvimento Mineiro), com igual percentagem de acções para ambas as partes.

Considerado por alguns o «negócio da China» dos brasileiros e, por outros, «um negócio altamente rentável para o Estado», o caso pôs em luta os vários «lobbies» angolanos que rodeiam o rentável negócio de diamantes, envolvendo mesmo responsáveis governamentais.

«Opção onerosa»

Para a exploração do Cuango, de acordo com o modelo proposto, o capital social da empresa mista a ser criada seria de 400 milhões de dólares. Metade deste verba era sustentada pela parte angolana, com os estudos e investigações geológico-mineiras realizadas no passado, além do equipamento e material existentes nos armazéns em Luanda e noutras localidades afectas ao projecto Luzamba, a que esteve associada a OMSI - Odebrecht Mining Services Inc.

Este projecto, que apontava para um investimento inicial de 72 milhões de dólares, foi interrompido pela guerra, gerando para a Endiama um passivo de 119 milhões de dólares. A parcela do capital social da empresa brasileira, por seu turno, realizar-se-ia com a cessão à SDM de créditos avaliados em 16 milhões de dólares e mais 4 milhões de dólares em dinheiro.

Foi este valor que abriu caminho às divergências, com elementos do Executivo a considerarem «leonina» a monopolização pela Odebrecht de uma área tão vasta e próspera do Cuango, que se estende pelas províncias das Lundas Norte e Sul, Malange e Uíje. Um ministro, que pe-

diu o anonimato, disse ao EXPRESSO que «há governantes que para ganhar 100 mil dólares com os diamantes não se importam que o país perca 200 milhões de dólares!».

A tese que, contudo, prevaleceu, defendida por um núcleo de ministros mais poderosos, foi a de que não havia outra solução. Perante a situação deficitária da Endiama, só restava ao Estado vender a dívida e, agora, acautelar um regime fiscal rigoroso para arrecadar receitas, o que não tinha acontecido em contratos anteriores. Quanto ao pagamento da dívida, seria salvaguardado com os resultados da produção, segundo partidários da concessão.

Uma fonte do Conselho de Ministros garantiu também que, «se as prestações da dívida forem pontualmente honradas, os juros poderão ser anulados». De acordo com a mesma fonte, ficava ainda assegurado que, «após o pagamento dos impostos e da 'royalty', o projecto permitirá a distribuição de dividendos, cabendo à Endiama, mesmo no período de liquidação do passivo, 25 por cento desses dividendos e, depois, dividendos na proporção societária».

A reconversão da dívida em acções a favor da Odebrecht foi classificada por um dos adversários desta solução como «a opção mais onerosa a longo prazo».

Para a mesma fonte, «com um outro exercício na gestão dos recursos do Estado, a empresa angolana poderia ver salvaguardada, de outra forma, os seus interesses na região, evitando uma depreciação tão escandalosa do valor dos investimentos feitos, ao ponto de cada dólar de acção comprada corresponder apenas a dez cêntimos».

Dívida sobreavaliada

Os defensores desta tese sustentavam, ainda,

que Angola corria o risco de suportar uma dívida sobreavaliada, em custos de serviços com brasileiros cujo salário chega a ser vinte vezes superior àquele que é praticado no seu país.

«Como pode o Estado entregar o tudo aos brasileiros, que vão ter que recorrer a terceiros, a pretexto de indisponibilidade financeira para cobrir a dívida, se deixa à mercê de bolsas de garimpeiros significativas zonas de exploração de diamantes, sabendo que este é o mineral com mais baixa taxa de retorno?», interrogava-se um funcionário dos antigos serviços de geologia e minas.

A consumação do negócio poderia, deste modo, segundo outras fontes, abrir um grave precedente, se nos parâmetros do contrato não fossem saneadas algumas zonas cinzentas alegadamente lesivas dos interesses do Estado angolano.

A influência de poderosos «lobbies» angolanos envolvidos no mundo dos negócios dos diamantes após alguma controversia, mas, por fim, acabou por sobrepor-se a tese que se opunha à entrega à firma brasileira de uma área duas vezes e meia superior a Portugal, contra uma participação de capital social de apenas 4 milhões de dólares em dinheiro fresco.

O Governo, verificando os termos contratuais menos vantajosos para o Estado angolano, acabou por fazer um compasso de espera e recomendar aos seus negociadores a redução da área de intervenção no projecto para valores de participação do ponto de vista estratégico, e a renegociação da percentagem de participação das partes no capital da empresa, de modo a que a parte angolana detenha, pelo menos, 51%.

Continuação da pág. anterior

UNITA vai decidir quem será vice-presidente

final [não divulgada] e que visam assegurar a conclusão mais eficaz e realista do Protocolo de Lusaca, no sentido da reconciliação nacional e da estabilização política do país».

Ontem à tarde, interrogado sobre o assunto, Gato disse-nos que o cronograma que terá de ser respeitado para todas as medidas tendentes à paz e à reconciliação entre os angolanos é basicamente o que consta daquele protocolo, o qual atira para 1996 a verificação pela ONU de que terminou a formação das Forças Armadas Angolanas e de que foram desmobilizados os excedentes.

Questionado quanto à en-

trada na Assembleia de todos os deputados eleitos pela UNITA e quanto à tomada de posse de um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, em que participem quatro ministros daquele partido, admitiu que não será para já, logo acrescentando porém que não há necessariamente «uma relação de causa e efeito» entre a incorporação global e aqueles actos.

Igualmente quanto à eventual presença de Jonas Savimbi na conferência internacional de doadores de Angola que na segunda quinzena de Setembro se deverá efectuar em Bruxelas, «a ver vamos»... ■

Jorge Heltor

Novo embaixador de Angola ao EXPRESSO

“Portugal deve ser placa giratória da diplomacia angolana”

EXPRESSO, 12.8.95

GUSTAVO COSTA
correspondente
em Angola

O PRÓXIMO embaixador de Angola em Portugal, José Patrício, afirma que Lisboa deve ser a «placa giratória de toda a diplomacia de Luanda» e espera contribuir para que as relações entre os dois países se desenvolvam numa base de «convergência de interesses», libertas dos «grupos de pressão mercantilistas» e de preconceitos ideológicos.

José Gonçalves Martins Patrício, de 41 anos, foi jornalista da Rádio Nacional de Angola, ex-secretário de Imprensa do Presidente José Eduardo dos Santos, embaixador de Angola junto da Organização dos Estados Americanos (OEA) e primeiro embaixador de Angola nos Estados Unidos desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre Luanda e Washington em 1993. Numa entrevista concedida ao EXPRESSO, em Luanda, dias antes da sua partida para Lisboa onde chegará na próxima semana, promete dialogar com toda a comunidade angolana em Portugal e com a UNITA para criar um «'lobby' patriótico suprapartidário».

EXPRESSO — Que significa para si a mudança de Washington para Lisboa?

JOSÉ PATRÍCIO — Para um diplomata, toda a mudança é um novo desafio. A minha missão em Washington foi dominada pelo processo de negociações que levou à assinatura do Protocolo de Lusaka, em que os EUA tiveram um papel relevante. Entramos agora num novo ciclo que permite visualizar a paz e que passa por um período de transição que caracte-

rizará o meu mandato em Lisboa.

EXP. — Sente a mudança como uma despromoção?

J.P. — Diria antes que é uma responsabilidade acrescida porque é para Portugal que convergem os interesses de importantes sectores da sociedade angolana. Por outro lado, Portugal tem um conhecimento das questões angolanas que nenhum outro país tem, o que lhe abre a possibilidade de ter um papel muito mais expressivo em matéria de cooperação. Portugal é a placa giratória de toda a diplomacia de Luanda.

EXP. — Mas é também o país onde os grupos de pressão antigovernamentais são mais fortes...

“Os angolanos também devem exorcizar os fantasmas do ‘imperialismo americano’, acabar de vez com os rótulos e preconceitos”

J.P. — É preciso estabelecer uma plataforma de convergência, um «lobby» patriótico suprapartidário e romper com a era dos grupos mercantilistas que muitas vezes colidem com os interesses de Estado quer de Portugal quer de Angola. Deve estabelecer-se uma espécie de cumplicidade tácita entre representantes do Governo e da UNITA em defesa dos interesses nacionais, salvaguardando obviamente as diferenças políticas.

EXP. — Como vê as relações entre Portugal e Angola nesta nova fase?

J.P. — É preciso que ambos os países reflectam profundamente sobre os novos cenários que se projectam, com Portugal in-

serido na União Europeia e Angola no quadro regional da África Austral, sem esquecer os laços criados pela História e pela língua.

EXP. — A cooperação económica parece estar em lista de espera...

J.P. — Chegou o momento de identificar e estabelecer estratégias de convergência e de interesses comuns. Portugal vai ter de desactivar parte do seu parque industrial considerado obsoleto no contexto europeu. Os investimentos cruzados podem dar novo conteúdo e nova dimensão à cooperação. Temos um grande potencial por explorar e Angola e Portugal estão destinados a serem parceiros privilegiados na con-

dição de indentificar os recursos que são complementares.

EXP. — Tem havido problemas entre a Embaixada e a comunidade angolana em Portugal...

J.P. — A embaixada está ao serviço de todos os angolanos para dar assistência (não necessariamente pecuniária) aos que se encontram em situação crítica: doentes, presos. Longe estão os tempos da ideologização da diplomacia. O diálogo será a minha palavra de ordem e todo funcionário que não consiga dialogar com os angolanos que estão em Portugal para estudar ou receber tratamento médico terá sérias dificuldades em fazer parte da minha equipa.

EXP. — Qual é a situação actual das relações entre os Estados Unidos e Angola?

J.P. — Alguns sectores americanos ainda estão a viver a ressaca da guerra-fria mas a administração norte-americana já tem uma postura diferente, que permite um diálogo mais estreito. Os angolanos também devem exorcizar os fantasmas do «imperialismo americano», acabar de vez com os rótulos e preconceitos.

EXP. — De qualquer modo, nos EUA, a diplomacia da UNITA tem sido mais agressiva e eficaz...

J.P. — Não concordo. A acção diplomática de um Governo não é comparável com a de uma guerrilha, cujo único fim é a desestabilização do adversário. Os quadros da UNITA que ocuparão em breve cargos de embaixadores vão certamente descobrir problemas que desconheciam.

EXP. — O processo de paz encontra-se num aparente ponto morto. Existe o perigo de um retorno à guerra?

J.P. — Atravessamos um período crítico e sensível que o Governo gere com prudência e pragmatismo e com uma noção mais realista do papel da UNITA. A paz só será irreversível quando estiver concluído o aquartelamento.

EXP. — Vinte anos após a independência, o que é preciso mudar em Angola?

J.P. — A mentalidade das pessoas! Os angolanos têm de fazer um grande esforço de tolerância, de respeito pelas diferenças. É preciso que compreendamos que estamos no limite das nossas capacidades e que se não reflectirmos profundamente sobre o nosso futuro poderemos dar o passo para o abismo.

Partidos reagem à estratégia do MpD

NOVO JORNAL, 12.8.95

O MpD tomou a decisão de apoiar a recandidatura do actual presidente da República, se aceitar concorrer a um segundo mandato. Também abriu possibilidades de inclusão nas suas listas para eleições legislativas, de elementos oriundos do Espaço Democrático, de Onésimo Silveira. O NJC foi apalpar a reacção dos partidos da oposição sobre essa reacção sobre esta estratégia. Eis os resultados.

MIKY CABRAL

“**P**ara o PAICV, ainda é cedo discutir e pronunciar-se sobre a questão da presidência. Contudo, pode-se interpretar a declaração de apoio à recandidatura do actual presidente da República como uma tentativa de colagem do MPD à imagem do presidente António Mascarenhas Monteiro, para tentar salvar a sua baixa popularidade, em consequência da des governação do país, da situação da crise económica e social em que se encontra”, afirmou José Carlos Delgado, membro da Comissão Política do PAICV, ao ser questionado acerca do apoio do MPD à recandidatura de António Mascarenhas.

Mais longe do PR

Salientou ainda José Carlos Delgado que “o partido que mais está afastado das ideias e das propostas

do presidente da República é precisamente o MPD, praticamente sem poderes de intervenção”.

Relativamente à inclusão do Espaço Democrático nas listas do MPD, o PAICV considera que isto “prova e só prova que o MPD está muito mal neste combate. Está à procura de apoios” — sublinha —, “quer apalpar boleia para poder sustentar-se politicamente em São Vicente, onde teria, como concorrente sozinho, fracas possibilidades de um score eleitoral com alguma expressão”.

“Fraqueza do MpD”

Por seu lado, Celso Celestino, presidente da União Caboverdiana Independente e Democrática, UCID, considerou um fenómeno normal o apoio do MPD à recandidatura do actual presidente da República, porque “o MPD não tem nas suas fileiras nenhum outro elemento que pudesse oferecer melhor partido para o efeito”.

“Portanto” — sublinha — “o que nos parece é que o MPD está a querer

tirar proveito da figura pouco desgastada de António Mascarenhas para ter vantagens nas próximas eleições presidenciais”.

Para o presidente da UCID, é natural que o MPD procure, por todas as vias, defender a honra do convento. Neste contexto diz: “Nós sabemos que o MPD sofreu nos últimos quatro anos, desgaste imenso, de que ele não pode, por enquanto, recuperar. Ele tem que se cercar de certas figuras que vão servir como remendo, com o patativos para a sua sobrevivência”.

Celso Celestino é da opinião que a salvação do MPD consiste justamente na coligação com o Espaço Democrático. “Isto é uma prova da sua fraqueza e uma aceitação expressa da sua derrota. Logo, o MPD só poderia, eventualmente, salvar-se por pessoas com determinado carisma, que viessem entrar nas suas fileiras. Mas parece que a derrota é irreversível”.

PCD pode apoiar actual presidente

Questionado se o partido que dirige já tem em mente algum candidato para as presidenciais, Eurico Monteiro garantiu que o seu partido já apresentou a sua posição de que não vai abster-se nas eleições presidenciais. “Porém, nós ainda não definimos o candidato que irá ser

apoiado. Quanto ao procedimento do MpD, é que estando este num processo de conseguir bengalas para se sustentar, todos já sabiam que este não podia apresentar um candidato próprio, se Mascarenhas Monteiro se dispusesse a concorrer às eleições presidenciais”, disse, sublinhando ainda que o MPD até encomendou sondagens sobre a popularidade de Carlos Veiga para as presidenciais mas, como foram desastrosas, tiveram de inventar o rumo dos acontecimentos e apoiar o candidato que nas suas perspectivas deveria ser o vencedor.

Ao falar do apoio do seu partido, aquele dirigente fez questão de dizer que ele não está condicionado ao do MpD. “Nós não deixamos de apoiar porque o MpD apoiou e nem apoiamos porque o MpD apoiou”, frisou.

No entanto, aliança, pode haver coincidências de apoio, caso considerado normal pelo Eurico Monteiro, que assegurou não tiveram ainda qualquer conversa com o presidente da República no sentido de que “o iríamos apoiar, mas isso pode acontecer”.

Mascarenhas Monteiro não será reeleito

O secretário-geral do PSD, João Além, considera um confusão o facto de o MPD ter apoiado a recandidatura de António Mascarenhas Monteiro, “porque durante muito tempo não

houve tal apoio”. Parece que chegaram a um acordo já que, “António Mascarenhas só tem feito aquilo que Carlos Veiga quer”, acrescentou.

“Nas próximas eleições legislativas será um presidente mais fantoche do que é agora. Só que ele não será reeleito, porque nós vamos opor a isso. Porque ele é um contributo da injustiça que há em Cabo Verde: nunca tomou uma posição para travar essas injustiças”.

O Partido Social Democrata acha que a inclusão do Espaço Democrático nas listas do MPD, “é uma manobra”, embora ache que cada partido possa fazer coligação como melhor entender, é da opinião que “é uma manobra porque o MPD e Onésimo Silveira têm estado sempre em polémicas bem fechadas”.

Realmente, diz João Além, Onésimo Silveira nunca deixou saber o que quer. É um político que impressiona e apaga a impressão pouco depois. No entanto, o líder do PSD ficou surpreendido por esta aliança do MPD com o Espaço Democrático.

Por outro lado, continua João Além, “o que Onésimo Silveira quer, é chegar a um lugar alto no governo da Nação”. De igual modo garantiu que, “na esperança de Carlos Veiga poder ganhar novamente as eleições, ele espera, depois das eleições, ser nomeado presidente da Assembleia Nacional”.

Centro cultural francês atrai moçambicanos

Craveirinha revisitado

O CENTRO Cultural Franco-Moçambicano, há dias inaugurado em Maputo, aposta em iniciativas grandiosas. O seu ritmo é estonteante. Uma semana depois da espectacular mostra sobre a mulher na arte — e de uma individual de Bela Rocha — homenageou José Craveirinha.

Os amigos, os familiares e os admiradores encheram, esta semana, o luxuoso anfiteatro do Centro Cultural Franco-Moçambicano, erguido em plena Praça da Independência, local marcado pelos célebres discursos que Samora Machel, o primeiro Presidente do país emancipado, proferia nos seus comícios. A estreia do sarau “Alguém Me Vem Buscar”, na terça-feira, ironicamente, Craveirinha desapareceu. O espectáculo seria repetido no dia seguinte.

Dez poemas retrataram o percurso do homem que se notabilizou como jornalista e poeta. Desde a “História de Magaiza Mandevu” (a obra de Craveirinha cobre-se de personagens da vida quotidiana) até ao “presentimento” de uma “notícia odiada”, que é a sua última recolha poética, “Maria” (Alac, Lisboa, 1988), um testemunho lancinante: “Desta vez Maria/espe-

ra aí mesmo por mim/Mobilado de meus versos/vou ter contigo/Sem falta!” É o que promete à mulher, que morreu em 1979.

O sarau contou com o protagonismo dos actores do Mutumbela Gogo, o grupo de teatro que está na primeira linha da renovação do teatro nacional. A iconoclastia que sempre dominou a obra de Craveirinha foi assumida por Adelino Branquinho, Graça Silva, Lucrecia Paco, Rogério Manjate e Evaristo Abreu, todos eles conhecidos em Portugal pelas suas notáveis presenças em festivais de teatro no Porto e em Lisboa. Principalmente.

Para além da dramatização dos textos do poeta, único africano galardoado com o Prémio Camões, o sarau teve uma rica presença iconográfica, que ilustrou os itinerários e os percursos de Craveirinha. Muitas das fotografias projectadas são inéditas, o que lhes conferiu maior oportunidade.

Craveirinha tem sido alvo de muitas homenagens. Recentemente, um novo liceu foi baptizado com o seu nome. A iniciativa não é apenas insólita; esclarece do afecto que os seus compatriotas lhe reservam. Apesar da parca publicação da sua obra — o acervo por publicar é de valor

inestimável —, os moçambicanos testemunham a sua admiração, sobretudo os habitantes da sua Mafalala, o bairro suburbano que o poeta magnificou.

Também é preciso referir que os textos de Craveirinha circulam avulsamente pelo país, são declamados em praças públicas. É o caso do longo poema “As Saborosas Tangerinas D’Inhamitane”, celebrizado pelo poeta Gulamo Khan, morto em 1986. Uma das chaves do sarau foram exactamente estes versos, que permitiriam explorar as virtualidades dramáticas da poesia do autor. No final, os actores distribuíram tangerinas pela plateia.

A Associação dos Escritores Moçambicanos, por seu lado, prepara a reedição dos títulos do escritor, há muito esgotados: “Kigubo”, editado primordialmente pela Casa dos Estudantes do Império, em 1964; “Karingana Ua Karingana”, livro que saiu à estampa no período imediatamente a seguir ao 25 de Abril, em 1974; “Celal”, testemunho da sua experiência como preso político, que inaugurou a colecção autores moçambicanos, na década 80, responsável pela reafirmação da lírica no país; e “Maria”, em 1988.

Este sarau no Centro Cultural Franco-Moçambicano está

PÚBLICO, 13.8.95

na continuidade de múltiplas iniciativas que têm despertado um vivo interesse entre os moçambicanos. Entre elas surgiram duas exposições que foram notícia nos “media” do país. Uma mostra sobre a mulher na arte e na cultura — desde a moda à literatura — e a primeira individual da artista plástica Bela Rocha.

O ritmo da agenda do centro é estonteante. Os franceses lançaram-se ferozmente à conquista dos moçambicanos. A avaliar pelas intenções — e, sobretudo, por algumas acções —, Moçambique transforma-se numa arena onde as línguas inglesa e francesa disputam o lugar da portuguesa.

São grandiosas as iniciativas tuteladas pelos franceses. O próprio centro cultural dispõe de meios espectaculares. Os artistas e as suas obras sucedem-se, incessantemente. Os moçambicanos, por seu lado, não se deixam envolver pelas surdas querelas linguísticas. Usam, sem cerimónias, os diferentes espaços que os americanos, ingleses, franceses e portugueses — estes, sim, preocupados com a projecção das suas língua e cultura — põem à sua disposição. ■

Nelson Saúte, em Maputo

PCD aposta numa maioria absoluta

NOVO JORNAL, 12.8.95

Uma lista com a participação de pessoas sérias, capazes e com fortes probabilidades de vencer, é a aposta do PCD (Partido da Convergência Democrática), para as próximas eleições, declarou ontem numa conferência de imprensa aos órgãos da comunicação social, o presidente desse partido, que considerou estas eleições como o fim do reinado ventoinha.

Eurico Monteiro, que garantiu, com confiança, a vitória do PCD, fez várias acusações ao governo do MpD — governo esse que responsabiliza pela doença que atinge a economia cabo-verdiana.

PAULA CAVACO



fim do reinado ventoinha, uma vez que "o pequeno anão vai ser em breve desmascarado e muitos dirigentes, tendo conhecimento da causa, já estão de mala aviada".

MpD copia ideias do PCD

Ao responder às questões dos jornalistas no que tange às eleições, o dirigente do PCD, ao explicar algumas, alegou, que o MpD vem copiando algumas ideias do seu partido, isso, desde o projecto inicial (lista B) defendido por muitos dirigentes do partido.

Quanto às eleições autárquicas, é normal, segundo aquele dirigente, que as percentagens venham a ser maiores, isso porque o partido defende no seu programa que os cidadãos deveriam ter a exclusividade de poder de apresentação de candidatura. No que refere a candidaturas, o mesmo afirmou que o seu partido possui candidatos para todos os círculos, tanto a nível nacional como autárquicas, e que estão preparados para toda e qualquer eventualidade, mesmo que as eleições venham a ser antecipadas.

Instado a falar sobre a informação de que dá o PCD a fazer campanha porta-a-porta, aquele dirigente declarou que, caso os jornalistas não estivessem sujeitos a certos condicionamentos, estaria disposto a convidá-los para que os acompanhassem numa dessas saídas onde pudessem verificar o quanto está fantasiado o poder ventoinha no que relaciona à sua vitória nas próximas eleições.

No entanto, ao se questionar a possibilidade de uma aliança partidária, Eurico Monteiro é de opinião que o PCD não privilegia qualquer partido político mas, caso não houver uma maioria absoluta, o que se poderá fazer é negociar com os partidos políticos.

Ao fazer esta leitura, o mesmo chamou atenção pelo facto de, a 4 meses das eleições autárquicas, nada se saber, havendo até intenções, por parte do governo, de mudar as datas das eleições. "Isso trata-se de truques para poderem ganhar os partidos políticos desprezíveis", denunciou, afirmando ainda que o PCD aposta no melhor resultado possível e isso inclui a possibilidade de vir a obter maioria absoluta nas próximas eleições.

Durante a conferência de imprensa em que estiveram presentes alguns membros da Comissão Política do PCD, Eurico Monteiro informou que no quadro das orientações globais da última reunião do Conselho Nacional, o seu partido tem como propósito político concorrer a todos os círculos eleitorais nacionais e no estrangeiro, com candidato próprio ou apoiando candidaturas independentes sérias e com credibilidade, capazes de propiciar um clima de desenvolvimento que o país tanto precisa.

A este propósito sublinha, a Comissão Política Nacional já dispõe de um primeiro projecto de listas a serem apresentadas nas eleições legislativas e autárquicas, "estando a curto prazo a encetar contactos e negociações, com os militantes e simpatizantes a serem convidados para integrar as listas do PCD, e com personalidades independentes que o partido deverá apoiar nas próximas eleições".

Ao abordar esta questão, Eurico Monteiro, mais uma vez, mencionou

a manipulação da comunicação social, dando especial destaque à TN-CV, o órgão que, do seu ponto de vista, atinge as raízes do absurdo e do caricato. Nesta óptica, o líder da lista PCD afirmou que, apesar de o partido no poder ter vindo a usar dos tempos de antena oficiais e dos tempos de antena encapitados, esses tempos já não são suficientes para inverter o rumo dos acontecimentos.

Para isso, explicou, o PCD tem constatado, com alguma preocupação, o desorientamento geral do partido no poder, pois esse facto começa já a ter reflexos na forma como se vem fazendo a gestão do processo eleitoral, sem a transparência necessária e sem que se criem as condições para um ambiente de um debate sério, franco e de nível, a permitir uma escolha com conhecimento de causa e em liberdade.

Além disso, a acusação não ficou por aí, foi mais longe quando acusou o governo no poder de esbanjamento do dinheiro público em financiamentos obscuros, na pressa desastrosa nas privatizações de algumas empresas públicas, a escassez de recursos do fim do reinado, na transfor-

mação dos negócios do Estado em comércio a retalho no mercado dos parentes e amigos, e na limpeza completa dos cofres do Estado com consequências graves para a economia do país e para os rendimentos dos cidadãos.

Neste contexto, sublinha, o desprezo pela opinião pública e pela ética na actividade política ensombram o futuro do país, se não se introduzir, a curto prazo, medidas que propiciem uma participação activa dos cidadãos e das forças políticas na busca de soluções para alguns problemas que Cabo Verde enfrenta, designadamente no que tange à miséria que atinge mais de 100.000 pessoas, o desemprego crescente que penaliza de forma especial a juventude, a epidemia da cólera, entre outros.

Ainda como medidas aponta, uma política de absoluta coerência entre os objectivos e os recursos disponíveis, priorizando-se os sectores com impacto no desenvolvimento económico do país e a clarificação dos objectivos estratégicos de Cabo Verde e do papel que deve caber às regiões no contexto de de-

seenvolvimento que se preconiza.

Segundo Eurico Monteiro, o governo em vez de mostrar-se preocupado com o futuro do país, preocupa-se exclusivamente com a sua participação na corrida para a manutenção do poder, relegando para o quarto ou quinto lugar a resolução dos problemas da população, escondendo informações vitais que mostram estar a economia cabo-verdiana doente e o médico de serviço incapaz de contrariar a evolução dessa doença.

"Nesta tentativa grosseira por que desesperada quer passar a imagem de um poder que goza de um amplo apoio popular, quando o terreno da verdade mostra, de forma inequívoca e peremptória, que estamos perante um anãozinho que apenas tem visibilidade na comunicação social do Estado, particularmente na televisão", argumentou. Tudo isso, na sua opinião, visa esconder os sintomas de doença fatal que vitimou o partido do governo e desmoraliza a oposição que não utiliza os meios do Estado para se encher de oxigénio.

Diz claramente que está-se no

Notícias Africanas

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. Correspondências devem ser encaminhadas à Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. WE ASK FOR EXCHANGE.

I M P R E S S O